



Ministério da Educação  
Instituto Federal Catarinense *Campus Araquari*

**JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**  
**DECISÃO DA PREGOEIRA**

**Processo Licitatório nº:** 23349.00249/2018-51

**Modalidade:** Pregão Eletrônico SRP 06/2018

**Tipo:** Menor Preço por Item.

**Objeto:** Eventual Aquisição de bens móveis para atender às necessidades do Instituto Federal Catarinense — *Campus Araquari* e demais *campi* participantes.

**Recorrente:** a) MULTI QUADROS E VIDROS  
LTDA;

**Recorrida:** b) ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE  
PRODUTOS EIRELI;

**Documentos Anexos:**

- I - Peça Recursal Multiquadros
- II - Peça Recursal Elfort
- III - E-mail e anexos de solicitação de esclarecimentos pela Pregoeira a empresa Elfort, durante a sessão pública.



## I) DOS FATOS

Em 01 de abril de 2019, após encerramento da Sessão Pública do Pregão nº 06/2018, realizada no sítio de compras do Governo Federal — Comprasnet — as empresas licitantes melhores classificadas nos itens licitados foram habilitadas e declaradas vencedoras, e posteriormente a isso foi comunicado o fechamento de prazo para registro de intenção de recurso. Às empresas cujas intenções foram aceitas registramos a delimitação dos prazos para formalização de suas discordâncias quanto ao resultado do pregão, bem como o prazo para apresentação das contrarrazões pelas empresas já declaradas vencedoras e, finalmente, o prazo para a Pregoeira publicar sua decisão e da Autoridade Competente no que couber, sendo estes prazos os que seguem abaixo:

Data limite para registro de recurso:	05/04/2019.
Data limite para registro de contrarrazão:	11/04/2019.
Data limite para registro da decisão:	18/04/2019.

Trata-se aqui, portanto, de uma licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, para registro de preços dos itens especificados no Termo de Referência, Anexo I do edital que rege a licitação — significando que para cada item há um vencedor.

Por conseguinte, estas foram as alegações formalizadas pelas empresas recorrentes e, quando houver, pelas empresas recorridas, que são objeto de análise e decisão quanto à suscetibilidade de admissão de suas reivindicações no sentido de que sejam alterados ou mantidos o resultado da licitação para cada item ao qual um recurso foi interposto.

\*\*\* Itens 119 e 120 — QUADRO SALA DE AULA COM VIDRO \*\*\*



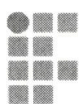
**a) Em síntese de sua peça recursal, a empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.:**

**a.1) ALEGA** que a empresa Elfort Importação e Distribuição de Produtos Eireli não cumpriu todos os requisitos do edital e as leis ambientais vigentes, previstos em seus subitens 8.5.2.3 e 9.6.1, que mais precisamente se referem ao Certificado de Regularidade válido do registro da fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e ao Atestado de Capacidade Técnica;

**a.2) ALEGA** que em razão de o quadro ser constituído de uma estrutura de madeira e vidro, potencialmente poluente, o registro de seu fabricante deverá contemplar as categorias 7-4 e 2-2, conforme Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013 e legislação correlata — o que não ocorre no presente caso e que, segundo a recorrente, é uma afronta aos princípios da legalidade e isonomia. **QUE** se tem ainda dessa maneira a oferta de um produto inferior e divergente do solicitado.

**a.3) ALEGA** que a licitante ofertou um quadro branco totalmente divergente e inferior ao solicitado, já que o edital contém uma descrição para este item em que se requisita um quadro branco, com vidro temperado na parte frontal, o que não fica demonstrado no catálogo enviado pela empresa vencedora, que se trata de um documento formal da empresa fabricante.

**a.4) ADMOESTA** que a habilitação da empresa arrematante afronta os princípios da legalidade, isonomia e competitividade, na medida em que escolhe como vencedora uma empresa que descumpriu a lei 8.666/93, de acordo com o que estabelece também a carta Magna em seu artigo 37, inciso XXI e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009; **QUE** ao agente público só é permitido fazer o que expressamente é autorizado por lei, ou seja, a administração deverá exigir cumprimento de todos os requisitos da licitação e o que está disposto em lei ou norma para todos os licitantes, analisada a isonomia entre eles; **QUE** em qualquer fase do procedimento licitatório, para esclarecer ou complementar instrução do processo, cabe a promoção de diligência com intuito de esclarecer ou complementar alguma dúvida





existente nos documentos do proponente, conforme descreve o parágrafo 3, do artigo 43, da lei 8.666/93.

**a.5) REQUER** o recebimento deste recurso, e que este seja julgado procedente, para reformar a decisão administrativa que declarou vencedora a empresa Elfort, tornando-a, a partir da reforma, inabilitada, por não apresentar o Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis IBAMA do Fabricante, com validade, chave de autenticidade, vigência na data da solicitação, que comprove sua regularidade nas categorias 02 (indústria de Produtos Minerais Não Metálicos) e 07 (Indústria de Madeira serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de estruturas de madeira de móveis Médio); e por não apresentar o Atestado De Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**b) Em síntese de sua contrarrazão, a empresa ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS EIRELI;**

**b.1) AFIRMA** que as alegações da empresa recorrente estão equivocadas quando esta afirma que a estrutura do quadro é composta de madeira e vidro; **ESCLARECE** que a estrutura do quadro não é o vidro, conforme consta o descritivo do edital “Quadro em madeira maciça ou MDF, com fundo de laminado melamínico branco com espessura total de 20 mm”, na parte frontal do quadro instalado deve ser fixado um vidro temperado.

**b.2) AFIRMA** que as alegações da empresa estão equivocadas quando a recorrente diz que a recorrida não enviou atestado de capacidade técnica compatível com o objeto “quadro de vidro”. **QUE** o edital é claro quando solicita que os atestados técnicos sejam compatíveis com o objeto desta licitação ou com o item pertinente, e que, portanto, tendo a recorrida apresentado atestado com quadro branco, atendeu ao edital.

**b.3) ALEGA** com referência ao Certificado no CTF/APP do Ibama do fabricante, que deve ser observado que o item 119 do edital trata de aquisição de quadro em



madeira, sendo que neste deverá ser afixado um vidro temperado, e como complemento faz constar que o mesmo item deverá ser instalado. **QUE** a recorrida cotou o referido item, o qual é produzido pela empresa Cortiarte, entretanto, o fornecimento do vidro temperado bem como sua fixação e instalação serão efetuados pela recorrida. **QUE** o vidro será instalado pela empresa Cebrace Cristal Plano Ltda, uma das poucas empresas que fabricam vidro no Brasil e que possui diversos distribuidores em todo território nacional, sendo desses distribuidores que adquirem os vidros quando necessários. **QUE** nenhuma das outras marcas cotadas pelas demais concorrentes fabricam vidro, o que constataram com uma ligação telefônica ao indagarem se as fábricas o produziam. **QUE**, portanto, como a recorrida fornecerá e instalará o quadro, além do vidro sobre ele, apresentaram na licitação o certificado da Indústria Cebrace Cristal Plano Ltda. e cópia da nota fiscal de uma das distribuidoras que lhe fornece o vidro, no caso, a União Comercial de Vidros Ltda, cumprindo todos os requisitos do edital.

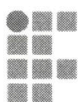
**b.4) ALEGA** que o principal objetivo do processo licitatório é o de selecionar a proposta mais vantajosa que atenda o interesse público. **QUE** o presente recurso coloca situação de excesso de formalismo, fuga aos princípios da celeridade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.

**b.5) REQUER** a improcedência do recurso e a continuidade do processo licitatório.

## II) MANIFESTAÇÃO E DECISÃO DA PREGOEIRA (b)

### b) Análise e resposta às alegações da empresa MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.:

É certo que o procedimento licitatório visa não somente a aquisição de produto com o menor preço, a afirmação dessa ideia reduz todo o procedimento ao preconcebido pensamento do senso comum sobre o assunto (já que estamos falando de serviço público), ou seja, “de não ser possível adquirir produtos de qualidade quando devemos comprar os mais baratos”.





A maneira mais eficiente de se efetuar uma compra para o serviço público, e através dele, é de constantemente visar a melhor aquisição, ou seja, àquela que contemple menor preço e qualidade, dedutivamente conhecida como a melhor proposta. Uma compra para o serviço público, e por ele realizada, tem como finalidade o atendimento das necessidades da Administração, que no caso representa a supremacia do interesse público sobre o privado, respeitados os demais princípios que norteiam a administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, além dos princípios implícitos dispostos em sua maioria em lei infraconstitucional.

No que diz respeito ao Setor de Licitações do *campus* Araquari, há um grande comprometimento por parte dos servidores que o compõem, no sentido de implementar medidas nos seus processos licitatórios que possibilitem a efetivação do atendimento do interesse público. A ideia do ente público neste Instituto materializa-se na figura de seus alunos, professores, técnicos administrativos e outros colaboradores, que usufruem direta ou indiretamente de toda sua estrutura, cuja existência visa o aprimoramento do ensino público — por inferência, entendemos que uma educação de qualidade beneficia a sociedade como um todo. Não conheço uma forma melhor de constatar a eficiência e a eficácia das compras e contratações já realizadas neste Instituto — que aqui são apenas um meio para o alcance da sua principal finalidade — que não seja pela satisfação de seu público.

Quando se escreve o edital que regerá uma licitação, em todos os seus termos, há sempre uma preocupação em reunir os elementos que promovam a aceitação da melhor proposta na licitação conciliada com os princípios que devem norteá-la. Ainda que, constantemente, haja um estudo futuro dos problemas que podem vir a acometê-la: é no presente, na individualidade de suas ocorrências que estes devem ser analisados e resolvidos.

Imbuída desta crença e do senso ético pelo qual me guio para atuar neste setor, pelos quais também me respaldo, apresento brevemente minha análise e decisão enquanto Pregoeira, de modo sucinto, frente aos problemas alegados pela empresa recorrente, além da autodefesa da empresa recorrida: **Esta Pregoeira entende que a empresa recorrida — não somente na apresentação de sua proposta durante a sessão**



pública do pregão, mas também na apresentação das suas contrarrazões, obteve êxito em demonstrar que o quadro é estruturalmente composto de madeira e que o vidro a ser afixado nela é um material cuja fabricação não é realizada pelo mesmo fabricante da matéria-prima: madeira; pelo menos não é esse o caso da empresa arrematante. No entanto, após melhor ponderação, constatei que seria razoável aceitar o Certificado de Regularidade do Ibama apresentado pela empresa arrematante, bem como a documentação apresentada através do e-mail, anexado a este recurso, em que fica demonstrado que a empresa Cebrace é fornecedora de vidro para a empresa Elfort, se não houvesse outras empresas classificadas na sequência para este item potencialmente registradas regularmente nas categorias para ele exigidas.

Pelo exposto, em respeito ao instrumento convocatório e em estrita observância aos demais princípios da Licitação, CONHEÇO do recurso apresentado pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA.**, tendo em vista sua tempestividade, para no **MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO.**

A vista do que foi exposto, retornaremos à fase de aceitação para o item 78, em sessão complementar, cujo agendamento será divulgado no quadro de avisos do Comprasnet, em que inicialmente será efetuada a desclassificação da empresa recorrida, seguida da convocação das demais empresas por ordem de classificação para apresentarem suas propostas e o certificado em questão. No caso de nenhuma outra empresa apresentar o Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras do Ibama para as fabricantes de seus produtos ofertados, nas categorias “madeira e vidro”; ou se apresentarem, mas apresentarem algum outro problema na sua documentação será declarada vencedora a empresa Elfort.

  
**Juliana de Oliveira Tedesco**

**Pregoeira**

Araquari, 17 de abril de 2019.

---

## Referente Pregão 6.2018

5 mensagens

---

**Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli** <elfortimportadora@hotmail.com> 20 de fevereiro de 2019 17:24  
Para: "licitacao.arauvari@ifc.edu.br" <licitacao.arauvari@ifc.edu.br>  
Cc: "estagio.licitacao.arauvari@ifc.edu.br" <estagio.licitacao.arauvari@ifc.edu.br>

Boa tarde Sra. Pregoeira,

Com relação ao cumprimento do exigido no item 8.5.2.3 do edital supra citado, temos a expor o que segue:

O edital prevê que a Pregoeira solicitara ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie imediatamente o " Comprovante de Registro de fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais"

Como não foi possível a Pregoeira lograr êxito em obter o referido certificado mediante consulta on-line no sítio oficial do IBAMA, conforme prevê o item 8.5.2.3.1 do edital, estamos enviando o certificado em anexo.

Agradecemos a atenção e estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cláudio Rodrigo Machado

**Elfort Importação e Distribuição de Produtos Eireli ME**  
Rua João Gualberto de Oliveira, nº 200, Sala 02  
CEP: 88.106-535, Picadas do Norte - São José/SC  
CNPJ: 09.213.849/0001-18 IE: 255.544.162  
E-mail: elfortimportadora@hotmail.com  
Fone: (48) 3343-0002

---

 **CTF CORTIARTE20022019.pdf**  
112K

---

**Setor de Licitações IFC Araquari** <licitacao.arauvari@ifc.edu.br> 21 de fevereiro de 2019 10:15  
Para: "Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli" <elfortimportadora@hotmail.com>

Bom dia,

Isso ocorreu porque o CNPJ informado na proposta para o item 119 não continha o Registro no Ibama. Entretanto, como a fabricante informada no Comprasnet corresponde ao Certificado que foi apresentado, vou manter a classificação do item para vossa empresa.

Atenciosamente,



Juliana de Oliveira Tedesco  
Pregoeira e Coordenadora de Licitações Substituta

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

**Coordenação de Licitações**

(47) 3803-7257 - Sala A-26

Instituto Federal Catarinense - *Campus Araquari*

---

**Setor de Licitações IFC Araquari** <licitacao.araquari@ifc.edu.br>  
Para: "Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli" <elfortimportadora@hotmail.com>

22 de fevereiro de 2019 08:14

Sr. Claudio, bom dia.

Os itens 119 e 120 referem-se a quadros de sala de aula com vidro, ou seja, estas são as principais matérias-primas que compõem os produtos. O Certificado do Ibama da empresa Cortiarte informa que ela está certificada somente na categoria "madeira" — já quanto à fabricação de vidro o certificado não faz referência, e esta exigência está disposta no item 1.6 do Edital, onde são relacionadas as categorias em que a fabricação dos principais materiais se enquadram.

Veja o Aviso publicado no Comprasnet, dia 29/01/2019, às 12h27min:

**ESCLARECIMENTO SOBRE A APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL — IBAMA:** Serão aceitos para os itens dessa licitação os certificados regulares no Ibama do fabricante do produto e/ou do fabricante da matéria prima. Mas se o certificado for apresentado para o fabricante da matéria-prima, o licitante deverá comprovar que aquela matéria prima compõe o produto ofertado.

A vossa empresa poderá apresentar uma declaração da Cortiarte, indicando qual o fornecedor do vidro e que este comprove ser fornecedor da Cortiarte, bem como possuir certificado de regularidade no Cadastro de Atividades Potencialmente Poluidoras para permanecer classificada. Caso contrário, terei de proceder à desclassificação, tendo em vista que há empresas concorrentes com a documentação exigida.

Agradeço pela atenção e permaneço no aguardo de seu retorno.

Juliana de Oliveira Tedesco  
Pregoeira e Coordenadora de Licitações Substituta

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

**Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli** <elfortimportadora@hotmail.com>  
Para: Setor de Licitações IFC Araquari <licitacao.araquari@ifc.edu.br>

22 de fevereiro de 2019  
10:59

Boa tarde Sra. Juliana,

Com relação ao seu e-mail abaixo, temos a expor o que segue:

O item 119 do edital trata de aquisição de **Quadro, em madeira maciça ou MDF**, sendo que no quadro (objeto a ser adquirido), deve ser fixado um vidro temperado ..., e, ainda como complemento ao item, o mesmo deverá ser instalado.

A empresa Elfort cotou o referido item, o qual é produzido pela Industria Cortiarte. Já tanto o "vidro temperado" como a fixação e instalação serão fornecidos e instalados pela empresa Elfort.

O vidro que será instalado, é fabricado pela empresa Cebrace Cristal Plano Ltda, umas das poucas empresas que fabricam vidro no Brasil. A Cebrace tem diversos distribuidores em todo território Nacional e são desses distribuidores que adquirimos os vidros quando necessário.

É importante destacar que NENHUMA das outras marcas cotadas pelas demais concorrentes fabricam o vidro, o que constatamos em uma simples ligação, sendo que ao perguntarmos se as referidas fabricas produziam vidro, as mesmas informaram que NÃO, como ja era esperado.

Assim sendo, uma vez que a empresa Elfort fornecerá e instalará o quadro, e instalará o vidro sobre o mesmo, estamos encaminhado o certificado (**em anexo**) da Indústria Cebrace Cristal Plano Ltda e cópia da nota fiscal de uma das distribuidoras que nos fornece o vidro, no caso, a União Comercial de Vidros Ltda.

Agradecemos a atenção e estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cláudio Rodrigo Machado

**Elfort Importação e Distribuição de Produtos Eireli ME**  
**Rua João Gualberto de Oliveira, nº 200, Sala 02**  
**CEP: 88.106-535, Picadas do Norte - São José/SC**  
**CNPJ: 09.213.849/0001-18 IE: 255.544.162**  
**E-mail: elfortimportadora@hotmail.com**  
**Fone: (48) 3343-0002**

---

**De:** Setor de Licitações IFC Araquari <licitacao.arauari@ifc.edu.br>  
**Enviado:** sexta-feira, 22 de fevereiro de 2019 08:14  
**Para:** Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli  
**Assunto:** Re: Referente Pregão 6.2018

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

 **CTFCEBRACE22022019.pdf**  
787K

---

**Setor de Licitações IFC Araquari** <licitacao.arauari@ifc.edu.br>  
Para: "Elfort Imp. Dist. Produtos Eireli" <elfortimportadora@hotmail.com>

22 de fevereiro de 2019 11:01

Ótimo. Isso é suficiente.

Muito obrigada.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

### ※ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Araquari

Multi Quadros e Vidros Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.961.467/0001-96, com sede a Rua Caldas da Rainha, 1799, Barro São Francisco, em Belo Horizonte/MG, vem neste ato por seu representante legal, apresentar tempestivamente suas RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO, no Pregão Eletrônico Nº 6/2018 – Itens 119 e 120, com fundamento no artigo 26 do Decreto 5.450/2005, na Lei n. 10.520/02, Decreto nº 5.450/05, Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, bem como pelas condições estabelecidas do edital, com os fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

#### - ANTECEDENTES

Realizou-se reunião pelo pregoeiro e equipe de apoio para análise para habilitação e declaração de vencedor. Foi o parecer da comissão de licitação pela habilitação ao fim declarou a empresa ELFORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS EIRELI como vencedora.

Portanto é o presente recurso administrativo a fim de demonstrar que a empresa declarada vencedora não cumpriu a todos os requisitos do edital e as leis ambientais vigentes, pois conforme previsto nos itens 8.5.2.3. e 9.6.1. do edital deveria ter apresentado:

8.5.2.3. Para os itens relacionados no item 1.6 do Termo de Referência, enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, a Pregoeira solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não aceitação da proposta, o Comprovante de Registro de fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.

9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Estes atestados deverão ser apresentados em papel timbrado da pessoa jurídica que os forneceu.

Foi registrada a intenção de Recurso pela recorrente da seguinte forma:

Interpomos recurso contra Habilitação de ELFORT embasado na Lei 8.666/93 e 10.520/2002, pois o quadro possui estrutura de madeira e vidro, potencialmente poluente e ele não enviou o Certificado no CTF/APP do Ibama do fabricante CORTIARTE nas categorias 7-4 e 2-2 com chave de autenticação e não enviou atestado de cap. téc. compatível com o objeto QUADRO DE VIDRO em característica afrontando os princípios da legalidade e isonomia além de ofertar um produto inferior e divergente do solicitado.

No Edital e Termo de Referência é solicitado o seguinte produto:

ITEM 119: QUADRO SALA DE AULA COM VIDRO - Quadro, em madeira maciça ou MDF, com fundo de laminado melamínico branco, com espessura total de 20 mm. Na parte frontal do quadro, deve ser fixado um vidro temperado transparente de 4mm de espessura sem "bordas vivas" (dividido em duas partes de 2,00 x 1,20 metro). Deve conter suporte para apagador e pincel na parte horizontal inferior. Deve conter três furos na parte superior e três furos na parte inferior para fixação do quadro na parede. Acompanha acessórios para fixação e acabamento cromado dos parafusos. Tamanho de 4,00 x 1,20 metro de área de trabalho. A instalação deverá estar inclusa. Garantia de 1 ano.

ITEM 120: QUADRO SALA DE AULA COM VIDRO - Quadro, em madeira maciça ou MDF, com fundo de laminado melamínico branco, com espessura total de 20 mm. Na parte frontal do quadro, deve ser fixado um vidro temperado transparente de 4mm de espessura sem "bordas vivas" (dividido em duas partes de 2,00 x 1,20 metro). Deve conter suporte para apagador e pincel na parte horizontal inferior. Deve conter três furos na parte superior e três furos na parte inferior para fixação do quadro na parede. Acompanha acessórios para fixação e acabamento cromado dos parafusos. Tamanho de 4,00 x 1,20 metro de área de trabalho. A instalação deverá estar inclusa. Garantia de 1 ano.

Contudo tendo em vista a ilegalidade na aceitação e habilitação da referida empresa, e verificando que a empresa declarada vencedora deveria ter sido desabilitada já no primeiro ato em que se manifestou o pregoeiro, vem a recorrente através de o presente recurso, apresentar suas razões para que a empresa declarada vencedora seja desabilitada, por não apresentar Certificado de Regularidade do

Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA do fabricante, com validade, chave de autenticidade, vigência na data da solicitação que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, por não apresentar também Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com comprovação através de contrato ou notas fiscais e por ofertar um QUADRO BRANCO totalmente divergente e inferior ao solicitado, pois no Edital e Termo de Referência pedia-se um Quadro Branco com vidro temperado na parte frontal e conforme catálogo enviado pelo licitante, o quadro branco não contém vidro, não sendo permitido a alteração de catálogos de outras empresas. O catálogo é um documento formal fornecido pelo fabricante.

O Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Naturais é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (art. 9º, XII, da Lei nº 6.938/81) cuja finalidade consiste no controle e no monitoramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou a extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente.

A Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013, que regulamenta o CTF/APP, impõe a obrigatoriedade de inscrição no CTF/APP às pessoas físicas e jurídicas que se dediquem, isolada ou cumulativamente, ao exercício de "atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais" (art. 10, I).

Por atividade potencialmente poluidora e utilizadora de recursos ambientais, no termos do art. 2º, inciso I; da referida instrução, entende-se "aquelas relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, e também aquelas que, por força de normas específicas, estejam sujeitas a controle e fiscalização ambientais" (art. 2º, I).

No tocante da madeira e vidro, o referido anexo, incluído pela Lei nº 10.165/00, considera como tais as seguintes atividades:

Código Categoria Descrição Pp/gu

02 Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos - beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares. MMédio

07 Indústria de Madeira serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis Médio

E o Anexo I na IN 06/2013 especifica o seguinte:

#### ANEXO I

#### TABELA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

Legenda de cobrança de TCFA:

SIM - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981;

SIM\* - conforme Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, com especificação descritiva;

NÃO - descrições não vinculadas ao Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, mas sujeitas à inscrição no CTF/APP, por força de legislação ambiental.

CATEGORIA CÓDIGO DESCRIÇÃO TCFA

Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos 2 - 2 Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares SIM

Indústria de Madeira

7-4 Fabricação de estruturas de madeira e móveis SIM

As empresas que fabricam os quadros devem possuir:

- Documento emitido em nome da licitante e/ou fabricante do item cotado que comprove que as madeiras utilizadas na fabricação e/ou montagem dos itens são oriundas de áreas de florestas nativas com Projetos de Manejo Florestal ou de áreas de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme prevê a Instrução Normativa nº 112/2006 ou;

- Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, com validade, vigência na data da solicitação que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000.

Os produtos solicitados possuem como principais matéria prima/estrutura a madeira e o vidro, e conforme leis ambientais vigentes, a atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa nº 06, de 13 de março de 2013 do IBAMA, e os órgãos públicos tem que cumprirem as leis ambientais vigentes, solicitando os fabricantes de quadros que estejam

registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

A decisão de habilitação da empresa arrematante afronta os princípios da legalidade, isonomia e competitividade na medida em que escolhe como vencedora empresa descumpridora da lei 8666/93 de acordo com que estabelece também a carta Magna em seu artigo. 37, inciso XXI e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009.

#### - DO MÉRITO

Em atendimento a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 3 DE DEZEMBRO 2009, O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado pela Portaria nº 382, de 02 de junho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 22 do Anexo I ao Decreto nº 6.099, de 27 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, considerando o que consta do Processo nº 02001.002269/2008-10 IBAMA/MMA, resolve: Considerando as disposições do Art. 17, incisos I e II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora;

Art. 2º São obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, bem como de produtos e subprodutos da fauna e flora, e demais atividades passíveis de controle pelo IBAMA e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011) §1º Para o enquadramento das atividades junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, deve ser utilizado o Anexo II desta Instrução Normativa. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011) §2º O IBAMA poderá adicionar novas atividades no Anexo II desta Instrução Normativa para atender demandas de registro de pessoas físicas e jurídicas, e tais atividades serão descritas conforme indicações da legislação vigente, observando, quando couber, as descrições constantes na Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011)

Art. 7º A efetivação do registro no Cadastro Técnico Federal dar-se-á após o lançamento dos dados cadastrais, classificação do Porte da Empresa no caso de pessoa jurídica, lançamento das informações sobre as atividades desenvolvidas e sobre as barragens porventura existentes. § 1º Deverão ser registradas todas as atividades desenvolvidas de acordo com os Anexos I e II; § 2º O Anexo III constitui quadro comparativo entre as nomenclaturas das atividades utilizadas no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas e as categorias utilizadas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais para orientação do enquadramento;

Para arribo do recurso devem-se observar os princípios constitucionais, bem como o princípio da proporcionalidade, do interesse público e acima de tudo o princípio da legalidade que norteia toda atividade da Administração Pública.

Ao agente público só é permitido fazer o que expressamente é autorizado por lei, ou seja, a administração deverá exigir cumprimento de todos os requisitos da licitação e o que está disposto em lei ou norma para todos os licitantes, analisado a isonomias entre licitantes.

Destarte, eivada de vício e de nulidade a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa e a declarou como vencedora, sem consultar se a mesma e/ou Fabricante, possuem o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, ou seja certificado que ateste a fabricação dos materiais, que são de madeira e de vidro, conforme critérios de sustentabilidade, estão amparadas no art. 3º, IV, parágrafo 4º, C, II e art. 17, A, da Resolução 201/2015/CNJ e art. 4º do Decreto 7746/2012.

#### - DO AMPARO LEGAL

Como é cediço, a Administração Pública a Administração Pública deve, obrigatoriamente, atuar com respaldo na Constituição da República e no ordenamento jurídico vigente, por corolário ao Estado de Direito. Todos os artigos constitucionais, em última análise, velam pelo princípio da legalidade, especialmente o art. 5º, incisos II e LXIX, art. 49, V, e art. 37, que ora se colaciona:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Dessa forma, exige-se da Administração que toda sua atuação seja pautada na Lei, pois, "hoje, o princípio da legalidade exige a conformidade dos atos administrativos com a lei e com todos os valores que estão presentes na Constituição, de forma implícita ou explícita" .

Cinge-se o debate, portanto, a existência de norma que exija da Administração Pública conduta correspondente à observância do CTF – Cadastro Técnico Federal e sua regularidade.

Pois bem. Indiscutível que, a Constituição da República é a primeira a inaugurar obrigação da Administração em observar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público defendê-lo e preservá-lo (CR, art. 225). O art. 3º da Lei 8.666/93 exige, expressamente, “a promoção do desenvolvimento nacional sustentável” seja garantida pela licitação, exigindo o Decreto 7.746, que regulamenta referido artigo, que a administração pública exigiram no instrumento convocatório para aquisição de bens que estes seja constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

Não bastasse isso, a Advocacia-Geral da União, responsável pela assessoria e consultoria jurídica da Administração, por meio da Câmara Permanente de Licitações e Contratos (CPLC), instituída pela Portaria 359, de 27 de abril de 2012, com objetivo de uniformizar o entendimento jurídico da Administração Pública e, por conseguinte, traçar os caminhos da legalidade, emitiu o Parecer nº. 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual não apenas concluí que “atualmente, a inclusão de critérios de sustentabilidade socioambiental nas contratações públicas é obrigação da Administração”, tendo a Administração “dever legal e moral de somente adquirir produtos de procedência legal”.

Não podendo a Administração adquirir produtos de procedência duvidosa, surge a Lei 6.938/81 e a Instrução Normativa IBAMA nº. 31 como salvaguardas da procedência, ao estabelecer “o registro do fabricante no Cadastro Técnico Federal – CTF” para assegurar que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

Trata-se de verdadeiro critério de aceitabilidade da proposta e, assim sendo, deve expressamente constar do Instrumento Convocatório, dando publicidade à exigência – observância ao princípio da publicidade, bem como vinculando os competidores e a própria Administração – princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Importante ressaltar que, o Parecer nº. 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU foi aprovado pelo Procurador-Geral Federal Marcelo de Siqueira Freitas, em 17 de novembro de 2014, tornando-se opinião legal da instituição, com a orientação de que “será exigido como critério de aceitabilidade da proposta quando for exigido registro no Cadastro Técnico Federal – CTF do fabricante do produto a ser adquirido ou utilizado na prestação de serviços contratado pela Administração”, sendo “exigido como requisito de habilitação quando o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF do IBAMA”.

Ao dispor sobre qualificação técnica para fins de habilitação, a Lei nº 8.666/93 estabelece as seguintes exigências em seu art. 30:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.” (destaque em negrito nosso)”

Que, fundamentado na condição estabelecida pelo inciso IV, art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, é imperioso que o instrumento convocatório em exame exija a apresentação de outros documentos para fins de certificação da qualificação técnica dos interessados em participar do certame.

Considerando as disposições do Art. 17, incisos I e II, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora; Em conformidade com o previsto pelo art. 225 da Constituição Federal/88, é imperativo que os editais de licitação expedidos pela Administração Pública se adequem ao seguinte comando constitucional:

“Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Que, além da previsão contida no art. 225 acima transcrito, aplicam-se ao tema os princípios estabelecidos pelo art. 37 e as disposições do art. 170, todos da Carta Magna.

“Que o art. 170 da CF/88 corrobora na compreensão da questão quando fixa que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII- busca do pleno emprego.”

Há valores constitucionais a serem garantidos e é dever-poder da Administração Pública guardá-los e os fazer cumprir.

Com este escopo, o Estado edita normas, delimita a autonomia dos particulares e prestigia valores a serem buscados pela atuação privada.

A intervenção do Estado ocorre ainda quando este demanda bens e serviços necessários ao cumprimento de todas as suas funções e atividades, momento em que busca no mercado o suporte para atender às suas necessidades, ocasionando impacto de dimensão macroeconômica em face do porte das contratações realizadas.

Observando o mandamento constitucional, a Lei nº 12.349/10, de 15 de dezembro de 2010, constituiu um marco nesta ação estatal ao introduzir disciplina na dimensão desta função macroeconômica da contratação pública.

Este diploma recém-editado determinou que o Estado quando da formalização de uma contratação, considerar não somente o bem ou serviço necessário, mas também a realização de um valor constitucionalmente – o desenvolvimento nacional sustentado.

A Lei nº 12.349/10 impõe que a contratação administrativa ocorra como incentivo ao desenvolvimento nacional sustentado, com atenção a dois aspectos:

- A dimensão econômico-social (fomento às atividades no Brasil).

- A dimensão ecológica (adoção de práticas ambientalmente corretas).

Além de assegurar um tratamento preferencial às empresas estabelecidas no Brasil, a Lei nº 12.394/10 impôs a adoção de soluções ambientalmente corretas, impondo ao Estado uma contratação administrativa que assegure práticas amigáveis ao meio ambiente, reduzindo ao mínimo possível os danos ou o uso inadequado dos recursos naturais.

Esta nova orientação normativa busca em sua essência o desenvolvimento sustentado, em conformidade com o conceito presente no Relatório Brundtland de 1987, produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no sentido de que este modelo "satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades".

A relação ao tema específico das licitações, as alterações introduzidas pela Lei nº 12.349/10 na redação do art. 3º da Lei nº 8.666/93 promoveram relevantes modificações na concepção da contratação administrativa vigente no Brasil.

Na prática, a aplicação deste novo conceito – desenvolvimento nacional sustentável – exige revisão dos requisitos de habilitação a serem observados pelos fornecedores que desejam participar de procedimento licitatório, independentemente da modalidade escolhida, inclusive o Pregão, conforme previsto pelo art. 2º da Lei 12.394/10.

Entre as condições a serem cumpridas pelos fornecedores, encontram-se as exigências de qualificação técnica estabelecidas no art. 30 da Lei nº 8.666/93, que, em seu inc. IV, determina que o fornecedor deve provar "o atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso".

Com o advento da legislação ambiental (Lei nº 6.938/81 com a redação dada pelas Leis números 7.804/89, 8.028/90 e 11.284/06) e a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, é indubitável a existência de legislação especial aplicável ao tema do desenvolvimento nacional sustentável, sem contar com toda a normatização produzida pelo IBAMA (Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) (Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010), sendo indiscutível que estas regras devem ser observadas no momento da definição das exigências de qualificação técnica dispostas no edital licitatório a ser expedido pela Administração Pública contratante.

Vamos ver o PARECER DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) Nº 13/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

PROCESSO Nº: 02001.004396/2013-11

INTERESSADO: DIVISÃO JURÍDICA-MG/PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

ASSUNTO: Temas relativos a licitações e contratos administrativos tratados no âmbito da Câmara Permanente de licitações e contratos administrativos instituída pela Portaria/PGF n.º 98, de 26 de fevereiro de 2013.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE SÓCIOAMBIENTAL NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. EXIGÊNCIA DE INSCRIÇÃO E REGULARIDADE NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO IBAMA (CTF).

Desse modo, ante tudo o que foi exposto acima, conclui-se:

a) Os critérios e práticas de sustentabilidade serão exigidos por vezes como especificação técnica do objeto; por vezes como obrigação da contratada; e por vezes como requisitos de habilitação técnica ou jurídica, seja na execução dos serviços/obras contratados ou no fornecimento de bens, devendo ter como princípio a preservação do caráter competitivo do certame;

b) Não se pode confundir critérios de aceitabilidade da proposta (critérios e práticas de sustentabilidade exigidos como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada) com requisitos de habilitação;

c) Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso;

d) Portanto, a exigência é legal e não viola os artigos 27 a 31 da Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666, de 1993);

Diante de todas as normas de defesa do meio ambiente citadas neste parecer, a Administração tem a prerrogativa e o dever legal e moral de exigir nas contratações públicas critérios de sustentabilidade socioambiental, entre eles o registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, quando a Lei nº 6.938, de 1981 e a regulamentação pelo IBAMA assim o exigem (atualmente o tema é regulamentado pela Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013), sob pena de não aceitação da proposta ou inabilitação da licitante, conforme o caso.

A partir da leitura dos diplomas acima citados, não há dúvidas de que a questão ambiental deve ser observada em procedimentos licitatórios realizados pela Administração Pública, na busca pela eficiência dos mecanismos para obter melhor controle da preservação do meio ambiente.

Ademais, no que tange à normatização infraconstitucional, não é necessária qualquer inovação legislativa para efetivar o mandamento constitucional, uma vez que a Lei nº 8.666/93 possui comandos que permitem a contratação com requisitos ambientais de forma adequada e vantajosa para a Administração.”

Com foco nesta questão ambiental, o art. 12 da Lei das Licitações estabelece:

“Art. 12 Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos:

..... (omissis) .....

VII - impacto ambiental”. (Grifo nosso)

VAMOS VER A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 3 DE DEZEMBRO 2009, QUE INTEGRA OS DOCUMENTOS DESTA IMPUGNAÇÃO:

“Art. 2º São obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, bem como de produtos e subprodutos da fauna e flora, e demais atividades passíveis de controle pelo IBAMA e órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011)”

§1º Para o enquadramento das atividades junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, deve ser utilizado o Anexo II desta Instrução Normativa. (Redação dada pela IN Ibama Nº 07, de 2011)

ANEXO II - TABELA DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS

2-2 - Fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.

7-4 - Fabricação de estruturas de madeira e móveis.

ANEXO III - CORRELAÇÃO INDICATIVA ENTRE O CADASTRO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONOMICAS E AS CATEGORIAS DO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E/OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS

2. Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos - beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração; fabricação e elaboração de produtos minerais não metálicos tais como produção de material cerâmico, cimento, gesso, amianto, vidro e similares.

Códigos CNAE (CARTÃO CNPJ) correspondentes à descrição do Anexo VIII da Lei 10.165

2399-1/01 Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louça, vidro e cristal

7. Indústria de Madeira - serralha e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis. (Grifo nosso).

Códigos CNAE (CARTÃO CNPJ) correspondentes à descrição do Anexo VIII da Lei 10.165

1629-3/01 Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis

1629-3/02 Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis

3101-2/00 Fabricação de móveis com predominância de madeira

Se por força do inciso III, art. 29 da Lei nº 8.666/93 os licitantes que estão em débito com a Fazenda Pública ficam impedidos de participar do processo licitatório, porque não poderia haver previsão para que os poluidores, em débito com a sociedade, com o meio ambiente e também com o Fisco, pois oneram os cofres públicos com os danos causados, também sejam impedidos de participar da licitação?

Neste sentido, vale o registro do mestre Marçal Justen Filho sobre a condição estabelecida pelo § 1º, inc. I, do art. 3º da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto



nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Ou seja, o próprio § 1º, inc. I do art. 3º admite, de modo implícito, a adoção de qualquer forma discriminatória desde que tenha pertinência e relevância para a seleção da proposta mais vantajosa. A parte final do dispositivo examinado deve ser interpretada como consagrando o princípio da proporcionalidade.” (In Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2010. p. 83).

Em data mais recente, em 19 de janeiro de 2010, foi editada a Instrução Normativa nº 1, pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Por meio da Revista Licitações e contratos – Orientações e jurisprudência, a Egrégia Corte de Contas da União reafirmou o entendimento quanto às exigências de regularidade ambiental:

Na contratação para compra de bens, execução de obras ou prestação de serviços e na elaboração de projetos básicos ou executivos devem ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN nº 01, de 29 de janeiro de 2010, editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (Licitações e contratos – Orientações e jurisprudência do TCU. p. 10)

(...)

“Para definir o objeto da licitação, o administrador deve estar atento as peculiaridades do mercado, as diferentes exigências da Lei de Licitações e aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN/MPOG nº 01/2010. (Ibid., p. 148)

(...)

Nas compras deverão ser observadas ainda:

- especificação completa do bem a ser adquirido, sem indicação de marca;
- definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas;
- condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;
- critérios de sustentabilidade ambiental previstos na IN/MPOG nº 01/2010” (Ibid., p. 210)”. (Grifo nosso)

Consagrando este entendimento, por meio do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, o Governo Federal reafirmou seu posicionamento pela estrita observância do mandamento constante do art. 225 da Constituição Federal/88, bem como do comando presente no art. 3º da Lei nº 8.666/93 – promoção do desenvolvimento nacional sustentável – regulamentando o citado art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e instituindo a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

Em decorrência deste recentíssimo diploma, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório.

Observando a legislação vigente e a orientação jurisprudencial e doutrina existentes, o Professor Cristiano Mansur de Freitas, Advogado Pós-Graduado, Assessor Jurídico da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul 2004/2006 e Encarregado da Assessoria Jurídica da Base de Abastecimento da Marinha do Brasil no Rio de Janeiro/RJ, oferece exemplos práticos da aplicação destas novas exigências a título de qualificação técnica em licitação:

“Por tal razão, primando pela eficiência, pela razoabilidade e sem deixar de observar a legalidade, propomos a disposição de requisitos ambientais de forma genérica no edital, aplicados a todos os fornecedores independentemente do seu ramo de atuação. A sugestão aqui referida seria com a seguinte redação:

Apresentação de atestado(s)/certidão(ões) pertinente(s) dos órgãos competentes, conforme estabelece o art. 6º e seus incisos da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Ademais, além da disposição expressa no edital, conforme mencionado, como requisito de habilitação técnica, sugerimos ainda a criação de novo anexo ao edital licitatório: Declaração de Sustentabilidade Ambiental, devendo ser preenchida e apresentada pelo licitante juntamente a toda a documentação habilitatória”.

Nesse contexto, teríamos um edital que contempla, na totalidade, as exigências de quesitos ambientais, comprometendo o fornecedor a apresentar, em momento próprio, sua habilitação técnica ambiental (atestados, certidões, licenciamentos, etc.), sob pena não só de ter sua habilitação negada, mas também, por ter prestado declaração falsa, de sofrer com as penalizações previstas tanto na Lei nº 8.666/93 como, em especial, na Lei número 0.520/02 e no Decreto nº 5.450/05.

As exigências de comprovação de regularidade ambiental para fins de qualificação técnica e, por conseguinte, habilitação, são de observância obrigatória para os interessados em participar de procedimentos licitatórios, em face do previsto pelo inciso IV, art. 30, da Lei nº 8.666/93.

#### DO PEDIDO

A Lei Federal 6.938/81 prevê os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre os quais se destacam o licenciamento ambiental, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental, a avaliação de impactos ambientais e o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais – CTF/APP.

Este último, o Cadastro Técnico Federal, tem a finalidade de possibilitar o controle e monitoramento, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, das pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, e ainda, à extração, produção, transporte e comercialização de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Os produtos solicitados possuem como principal matéria prima/estrutura a madeira e o vidro, e conforme leis ambientais vigentes, a atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009.

Portanto é o presente recurso administrativo a fim de demonstrar que a empresa declarada vencedora não cumpriu as leis/normas ambientais, do qual este Instituto perante a lei, deverá atender as normas e leis ambientais vigentes, do qual o referido pregoeiro deveria ter solicitado da licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, readequando o edital a Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, a qual trouxe modificações à Instrução Normativa nº 31, de 3 de dezembro de 2009, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata, ou seja Certificado que ateste a fabricação dos materiais – madeira, conforme critérios de sustentabilidade, estão amparadas no art. 3º o , IV, parágrafo 4º o , C, II e art. 17, A, da Resolução 201/2015/CNJ e art. 4º do Decreto 7746/2012.

A decisão de habilitação da empresa arrematante afronta os princípios da legalidade, isonomia e competitividade na medida em que escolhe como vencedora empresa descumpridora da lei 8666/93 de acordo com que estabelece também a carta Magna em seu artigo. 37, inciso XXI.

A madeira e o vidro são as principais matérias primas dos quadros, que compõe a sua estrutura, e está enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, a qual trouxe modificações ao Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e o fabricante do quadro tem que possuir o Certificado de Regularidade válido do IBAMA, Instituído pelo artigo 17, inciso II, da lei nº 6.938, de 1981, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, e legislação correlata, e o registro do fabricante do produto no Certificado Técnico Federal do Ibama assegura que o processo de fabricação ou industrialização de um produto, em razão de seu impacto ambiental, está sendo acompanhado e fiscalizado pelo órgão competente.

Entende-se que em qualquer fase do procedimento licitatório, para esclarecer ou complementar instrução do processo, cabe a promoção de diligência com intuito de esclarecer ou complementar alguma dúvida existente nos documentos do proponente, conforme definido no parágrafo 3º do artigo 43 da lei 8.666/93, a seguir transcrito:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Contudo tendo em vista a ilegalidade na aceitação e habilitação da referida empresa, e verificando que a empresa declarada vencedora deveria ter sido desabilitada já no primeiro ato em que se manifestou o pregoeiro, vem a recorrente através de o presente recurso, apresentar suas razões para que a empresa declarada vencedora seja desabilitada, por não apresentar o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA do fabricante, com validade, chave de autenticidade, vigência na data da solicitação que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000.

Diante de todo o exposto, é o presente para requerer que Vossas Senhorias, recebam o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, atribuindo-lhe o EFEITO SUSPENSIVO, para ao final JULGAR PROCEDENTE com fim de reformar a decisão administrativa, desclassificando assim a empresa ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI, que descumpriu as leis ambientais vigentes, Lei 8.666/93 e itens 8.5.2.3. e 9.6.1. do edital, por não apresentar Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA do fabricante, com validade, chave de autenticidade, vigência na data da solicitação que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme a Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000, por não apresentar também Atestado de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, com comprovação através de contrato ou notas fiscais, sendo vendado a inclusão de documentos

intempestivamente, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 43 da lei 8.666/93, sob pena de grave ofensa aos princípios da Administração, como também aos postulados constitucionais da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade além de ofertar um QUADRO BRANCO totalmente divergente e inferior ao solicitado, pois no Edital e Termo de Referência pedia-se um Quadro Branco com vidro temperado na parte frontal e conforme catálogo enviado pelo licitante, o quadro branco não contém vidro, não sendo permitido a alteração de catálogos de outras empresas.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Belo Horizonte, 05 de Abril de 2019.

Multi Quadros e Vidros Ltda

Fechar

### ▪ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

Ao  
Instituto Federal Catarinense Araquari  
Comissão de Licitações.

Ref. Contrarrazão do Recurso Administrativo Pregão Eletrônico 06/2018.  
Item 119 e 120 (Quadro, em madeira maciça ou MDF, com fundo de laminado melamínico branco, com espessura total de 20 mm).

A Elfort Importação e Distribuição de Produtos Eireli, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ 09.213.849/0001-18, vem respeitosamente apresentar contrarrazão face ao Recurso Administrativo interposto pela empresa:

#### I – DOS FATOS

##### MULTI QUADROS E VIDROS LTDA

Foi registrada a intenção de Recurso pela recorrente da seguinte forma:  
Interpomos recurso contra Habilitação de ELFORT embasado na Lei 8.666/93 e 10.520/2002, pois o quadro possui estrutura de madeira e vidro, potencialmente poluente e ele não enviou o Certificado no CTF/APP do Ibama do fabricante CORTIARTE nas categorias 7-4 e 2-2 com chave de autenticação e não enviou atestado de cap. téc. compatível com o objeto QUADRO DE VIDRO em característica afrontando os princípios da legalidade e isonomia além de ofertar um produto inferior e divergente do solicitado.

A empresa recorrente manipula as solicitações do edital afim de tentar induzir este conceituado órgão ao erro, senão vejamos:

Alegações erradas:

a) O quadro possui estrutura de madeira e vidro-ERRADO!!!

A estrutura do quadro não é o vidro conforme consta o descritivo do edital "Quadro, em madeira maciça ou MDF, com fundo de laminado melamínico branco, com espessura total de 20 mm."

Na parte frontal do quadro instalado, deve ser fixado um vidro temperado.

b) Não enviou atestado de cap. téc. compatível com o objeto QUADRO DE VIDRO-ERRADO!!!

A empresa Elfort apresentou atestando com Quadro branco entre outros itens que consta no edital, e se quadro não é compatível com quadro, não sabemos o que pode ser. Ademais creio que faltou interpretação da recorrente (ou não quis entender), o edital é bem claro quando solicita "compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente". Enfim, cremos que está bem claro.

A respeito do Certificado no CTF/APP do Ibama do fabricante, é importante observar:

O item 119 do edital trata de aquisição de Quadro, em madeira maciça ou MDF, sendo que no quadro (objeto a ser adquirido), deve ser fixado um vidro temperado ..., e, ainda como complemento ao item, o mesmo deverá ser instalado.

A empresa Elfort cotou o referido item, o qual é produzido pela Industria Cortiarte. Já tanto o "vidro temperado" como a fixação e instalação serão fornecidos e instalados pela empresa Elfort.

O vidro que será instalado, é fabricado pela empresa Cebrace Cristal Plano Ltda, umas das poucas empresas que fabricam vidro no Brasil. A Cebrace tem diversos distribuidores em todo território Nacional e são desses distribuidores que adquirimos os vidros quando necessário.

É importante destacar que NENHUMA das outras marcas cotadas pelas demais concorrentes fabricam o vidro, o que constatamos em uma simples ligação, sendo que ao perguntarmos se as referidas fabricas produziam vidro, as mesmas informaram que NÃO, como já era esperado.

Assim sendo, uma vez que a empresa Elfort fornecerá e instalará o quadro, e instalará o vidro sobre o mesmo, apresentamos na licitação o certificado da Indústria Cebrace Cristal Plano Ltda e cópia da nota fiscal de uma das distribuidoras que nos fornece o vidro, no caso, a União Comercial de Vidros Ltda.

Portanto cumprimos todos os requisitos.

O principal objetivo do processo licitatório é selecionar a proposta mais vantajosa que atenda o Interesse Público. O presente recurso coloca situação de excesso de formalismo, fuga aos princípios da

celeridade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade.

## II- DO DIREITO

Em seguida algumas legislações, doutrinas e princípios:

Art. 4º decreto 355/2000:

"Art." 4º A licitação na Modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objeto das propostas.

Parágrafo único. "As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da administração, a finalidade e segurança da contratação" (grifo nosso).

Em relação à razoabilidade e proporcionalidade nos ensina Marçal Justen Filho:

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) tem sido firme quanto à legalidade da exigência de apresentação de certificação de qualidade como requisito de habilitação em procedimentos licitatórios, aceitando apenas a possibilidade da sua previsão no edital como critério de pontuação técnica. O art. 27 da Lei 8.666/1993 estabelece que, para habilitação, é permitido exigir dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, fiscal e econômico-financeira, além da regularidade fiscal, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art 7º da Constituição Federal

Dessa forma ao priorizar a competição e julgar afastando o excesso de formalismo, a Administração aplica os critérios de preço justo, da seletividade e celeridade, norteadas pelo princípio da Eficiência e Economicidade.

Isto posto requer a improcedência do recurso e a continuidade do processo licitatório.

Agradecemos a atenção e estamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Cláudio Rodrigo Machado

Elfort Importação e Distribuição de Produtos Eireli ME

Fechar